



Fraudes convenientes



João Galamba
Economista,
deputado pelo PS

Na semana que passou, ficámos a saber que o Governo enviou para o FMI dados falseados sobre a evolução dos salários em Portugal. Ao invés de mostrar que cerca de um quarto dos trabalhadores portugueses tinham tido reduções salariais, os dados enviados pelo Governo davam a ideia (errada) de que teria havido apenas

estagnação, mas não redução dos salários. Este 'lapso', como veremos, é tudo menos inocente.

Esta distorção da realidade permite sustentar a tese de que a destruição de emprego sem precedentes que ocorreu em 2012 é explicada pela excessiva rigidez do mercado de trabalho, isto é, destruíram-se centenas de milhares de empregos apenas porque não é possível ajustar os salários à nova realidade da procura na economia portuguesa. Se os dados enviados fossem os correctos, esta tese sairia muito fragilizada, porque se tornaria evidente que, apesar da descida dos salários, a destruição de emprego não tinha abrandado, antes pelo contrário. Logo, a explicação da destruição de emprego não recai na alegada rigidez laboral, mas sim nas fortíssimas restrições à procura criadas pelas actuais políticas de austeridade.

Podemos dizer que este Governo revela um padrão de comportamento: quando a realidade não se conforma à teoria, distorce-se a realidade. Tudo começou com o caso TSU, cujos os estudos técnicos que sustentariam a opção nunca foram

divulgados. Depois tivemos o relatório do FMI sobre a 'reforma do estado', que estava cheio de imprecisões, distorções e dados truncados. E agora este caso. Em todos eles, o Governo foi cúmplice, activo ou passivo, de sucessivas tentativas de implementar um conjunto de políticas cuja única justificação é a obsessão ideológica de responsabilizar os próprios trabalhadores e/ou o Estado pelos problemas da economia portuguesa. Que a estratégia escolhida por este Governo só possa ser sustentada recorrendo a fraudes diz muito sobre a razoabilidade das opções e sobre as motivações dos agentes políticos.

O Governo pode tentar defender-se dizendo que está de boa-fé, que foi o FMI quem pediu esses dados, que se limita a cumprir metodologias seguidas por todas as instituições internacionais – mas, uma coisa é certa: sem estas fraudes, seria muito mais difícil, para não dizer impossível, continuar a defender as políticas de austeridade, a agenda de desregulação do mercado de trabalho e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores portugueses como constituindo soluções para o problema português. Sem esta capa legitimadora, tornar-se-ia (ainda) mais evidente que a estratégia não só não está a resultar, como não tem como resultar.

A cumplicidade do Governo com tudo isto é preocupante, porque mostra que, mais do que defender Portugal, a maioria PSD-CDS está mesmo empenhada em usar esta crise como pretexto para sujeitar os portugueses a uma experiência ideológica, cuja única fundamentação, como se vem tornando evidente, não é a realidade, mas o dogmatismo de quem, pura e simplesmente, não está disponível para encontrar uma alternativa. ■